

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E AUTOSSEGREGAÇÃO: ESTUDO DE CASO NA REALIDADE DE LONDRINA/PR.

Caroline Maia Salido¹

Larissa Cristina Figueiredo Ramiro²

André Kaiser de Castro³

Grazielle de Melo Bicca⁴

Jaqueline Telma Vercezi⁵

RESUMO

O presente trabalho busca retratar a segregação socioespacial e a autosegregação, e para realizar um aporte metodológico de maior confiabilidade, exemplificar esses conceitos na realidade do Município de Londrina, PR. Após a industrialização brasileira, os centros urbanos passaram a se expandir no Brasil, e conjuntamente com este fato, as desigualdades sociais tornaram-se mais gritantes, visto que na cidade a população de menor poder aquisitivo ocupa áreas menos privilegiadas, enquanto a população mais rica ocupa áreas centrais ou segregam-se em condomínios, em busca de maior segurança, conforto, comodidade e distanciamento do caos urbano. Para observação deste contraste, realizou-se uma visita técnica à ocupação irregular Flores do Campo, e dados referentes aos principais Condomínios Horizontais Fechados do município foram levantados. Tais elementos possibilitaram observar que as áreas mais ricas da cidade contam com grande número de condomínios, e com infraestrutura e investimentos públicos de qualidade, enquanto as áreas mais pobres – sendo a ocupação irregular um reflexo disso - ficam meramente esquecidas perante as políticas públicas, tornando essa população excluída, com seu direito à cidade limitado.

Palavras-chave: Periferia; Centros Urbanos; Exclusão Social.

¹ Universidade Estadual de Londrina, departamento de Geociências. salidao@outlook.com

² Universidade Estadual de Londrina, departamento de Geociências. larissafig97@gmail.com

³ Universidade Estadual de Londrina, departamento de Geociências. kaiserandre05@gmail.com

⁴ Universidade Estadual de Londrina, departamento de Geociências. grazielle_bicca@hotmail.com

⁵ Universidade Estadual de Londrina, Professora Doutora adjunta ao departamento de Geociências. jacvercezi@uel.br

INTRODUÇÃO

Na sociedade capitalista, as cidades ganham características marcantes de fragmentação, divisão do espaço, devido as nuances econômicas e sociais que cada porção deste território oferece. A economia tem como principal forma de fragmentação as atividades econômicas presentes na cidade, sendo elas divididas em setor produtivo, comércio e prestação de serviços. A divisão social, por sua vez, é marcada pelas diferentes classes e poderes aquisitivos dos indivíduos que residem no território municipal. São essas diferenças sociais e divisões urbanas ocasionadas pelo poder aquisitivo que serão apresentadas neste trabalho.

O crescimento urbano é um fenômeno que está em constante ascensão, aumentando sua intensidade desde a industrialização brasileira. Esse crescimento urbano na maioria das cidades apresenta-se desordenado, assim, causando numerosos problemas por falta de planejamento adequado e políticas públicas, que também contribuem para divisão social, e ocasionando visivelmente a desigualdade socioespacial – conceito que engloba a segregação socioespacial e a autosegregação.

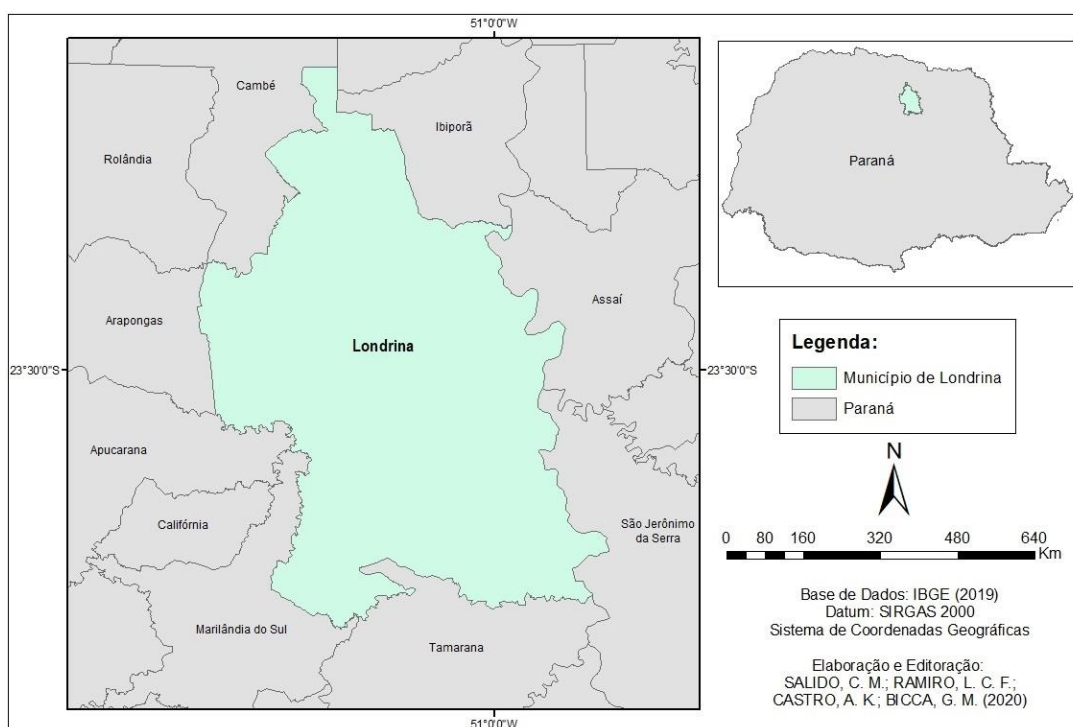
A segregação socioespacial pode ser vista como uma exclusão das pessoas do seu direito à cidade, uma vez que não há inclusão destas na saúde, educação, meios de locomoção, saneamento básico, entre outras, e essa população passa a ocupar espaços à margem da cidade, como áreas periféricas e subúrbios.

Já quando se trata da autosegregação, tem-se uma população de classe média a alta, que escolhe residir em locais com grande infraestrutura, que apresenta sistema de saúde, educação, vias públicas, saneamento básico, dentre outros fatores, com alto padrão de qualidade.

Essas formas díspares presentes no espaço urbano são moldados por agentes produtores do espaço, sendo eles os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os agentes imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos, que ficam à mercê das decisões tomadas pelos demais modeladores do espaço (CORRÊA, 1989).

Em Londrina, município localizado no Norte do Estado do Paraná (Figura 1), com população estimada em torno de quinhentos e setenta e cinco mil habitantes (IBGE, 2020), esses dois fenômenos – autosegregação e segregação socioespacial, ocorrem em sua maioria, às margens das delimitações do município, porém localizam-se em polos opostos, sendo possível encontrar um maior número de ocupações irregulares na Zona Norte, e um maior número de Condomínios Horizontais Fechados na Zona Sul.

Figura 1 – Localização do Município de Londrina – PR.



Fonte: Os autores, 2020.

Este artigo tem por objetivo demonstrar os processos de segregação socioespacial no município de Londrina – PR, sendo este fenômeno não planejado, constituído por pessoas de classe baixa, de uma maneira em que priorize a visão dos moradores por meio de entrevistas semiestruturadas; Para isso, realizou-se uma visita técnica à Ocupação Irregular Flores do Campo.

E em contra partida, comparar tal processo com a autosegregação, processo que ocorre de devido ao alto poder aquisitivo dos indivíduos, que escolhem se auto segregar dos demais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a pesquisa, inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico acerca de literaturas que tratam sobre os assuntos relacionados a esta pesquisa, como segregação urbana, formação do espaço urbano, urbanização, e também materiais bibliográficos relacionados à história e formação socioespacial do município de Londrina – PR.

Em seguida foi realizado um estudo de caso na cidade de Londrina – PR, tendo como recorte espacial a ocupação irregular Flores do Campo, localizado na Zona Norte, onde a perspectiva de análise parte da visão que os moradores daquele local possuem sobre a sua segregação, como infraestrutura, transporte, saúde, entre outros.

Para obtenção dessa perspectiva analítica, foram entrevistados alguns moradores do local, cuja identidade e informações pessoais serão mantidas em completo sigilo, através de um questionário semiestruturado contendo as seguintes perguntas: (I)- Idade; (II)- Profissão; (III)- Número de residentes no domicílio; (IV) - Local anterior de moradia; (V) - O que fez com que você se mudasse para o Flores do Campo? (VI) - O que acha sobre o Flores do Campo? (VII) - Como teve acesso à casa? (VIII) - Como surgiu esse Residencial? (IX) - Você trabalha fora? Como se desloca até lá? (X) - O percurso que você faz entre trabalho-residência demora em média quanto tempo? (XI) - Qual a sua percepção sobre as políticas públicas aplicadas a essa localidade, em relação à moradia, saúde, educação, saneamento básico e infraestrutura?

As respostas dos moradores foram gravadas através de um aparelho *smartphone*, e posteriormente foram transcritas para serem utilizadas ao decorrer deste trabalho.

Já para o comparativo, partiu-se dos condomínios horizontais fechados ocupados pela classe de alto poder aquisitivo, onde eles possuem infraestrutura necessária como água, rede de esgoto e ruas asfaltadas. Para isso, foram realizados levantamentos bibliográficos acerca dos condomínios e suas localizações no município, e posteriormente foram elaborados produtos cartográficos por meio do Software de geoprocessamento ArcGis versão 10.8, a fim de evidenciar as localidades deles, e demonstrar em quais regiões da cidade eles estão mais presentes. As bases cartográficas utilizadas para produção dos mapas foram extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Google Earth e Sistema de Informações Geográficas de Londrina (SIGLON).

Esse comparativo pautou-se na análise das infraestruturas básicas presentes em cada um desses tipos de espaços segregados, tais como saúde, transporte e vias asfaltadas, trazendo à tona a realidade social desses dois tipos de espaço que são semelhantes – no sentido de se encontrarem afastados das centralidades da cidade – e contraditórios ao mesmo tempo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segregação socioespacial e autosegregação: uma abordagem geográfica

O território, de acordo com Haesbaert (2007, p.21) é algo múltiplo, diverso e complexo, marcado por relações de poder. Dessa forma, o território de uma cidade é delimitado por um poder político, mas também por multiterritorialidades – sendo possível encontrar diferentes grupos, identificações e apropriações no espaço urbano. De acordo com o autor, território pode ser definido:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2007, p.20).

De acordo com Lefebvre (1986) *apud* Haesbaert (2007, p.21), “[...] dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira.”, porém a

atual sociedade capitalista faz com que a dominação sobreponha-se a apropriação, gerando, de acordo com Haesbaert (2007, p.21) um sufocamento dos espaços, que não podendo ser “reapropriados”, ficam dominados pelo Estado ou pelo aparato empresarial, que o transforma em mercadoria.

Relacionando-se com a questão da segregação socioespacial, Haesbaert (2009) aborda o conceito de territorialização precária, em que a população desprovida de recursos, pertencente as classes sociais mais baixas, lutam por um mínimo espaço territorial para garantir a sobrevivência. Tagliani (2011, p.6), aborda ainda que:

Assim como Haesbaert, Di Méo afirma que, pela lei ou pela força há uma parcela de dominantes que condicionam seus dominados à discriminação socioespacial. Para o autor, os efeitos cumulativos da exclusão econômica, social e geográfica fazem parte de uma lógica segregacionista. Assim, o espaço social poderia explicar e reforçar a segregação. (TAGLIANI, 2011, p.6).

Tagliani (2011, p.6) discute que os territórios de riqueza seguem um padrão de ocupação nos mais variados locais do mundo; já os territórios de pobreza, seguem modelos impostos pelas classes dominantes e por políticas públicas que mascaram a presença destes no espaço urbano.

Em consonância, para Roberto Lobato Corrêa (1989), o espaço urbano na sociedade capitalista é produzido e modelado por cinco agentes, como já exposto anteriormente, embora os grupos sociais excluídos, não o organizam, mas ficam na maioria das vezes à mercê dos outros agentes ou totalmente ignorados por eles.

É importante ressaltar o papel dos promotores imobiliários, do Estado e dos grupos sociais excluídos neste artigo, levando em conta que os promotores imobiliários (muitas vezes vinculados a outros agentes, principalmente aos proprietários fundiários) definem o valor dado às terras de acordo com sua localização, infraestrutura e outros aspectos de importância como lazer e educação.

Visto que os promotores imobiliários definem o preço da terra, evidencia-se a dicotomia observada nas segregações espaciais trabalhadas no artigo. Os condomínios horizontais fechados que partem da autosegregação, e a segregação socioespacial dos grupos sociais excluídos, sendo que a primeira área é extremamente valorizada, possuindo toda infraestrutura necessária, já no

segundo, em sua maioria, não possuem nem água encanada e esgoto, condições básicas de moradia. Os promotores imobiliários são responsáveis também por construir as moradias luxuosas para as classes altas, e deixam a desejar nas moradias para a classe baixa, sendo que esta última só é produzida, na maioria das vezes com as concessões estatais, e para reforçar a fala anterior, Corrêa aponta que:

A produção de imóveis caros e finos pode chegar mesmo a saturar, havendo, por outro lado, déficit de residências populares. Para o segmento da população que constitui o mercado dos promotores imobiliários, os financiamentos não são difíceis, o mesmo ocorrendo para as incorporadoras de imóveis. A existência de uma demanda solvável saturada e de uma não-solvável insatisfeita explica o interesse do capital imobiliário em obter ajuda do Estado, de modo a permitir tornar viável a construção de residências para as camadas populares: créditos para os promotores imobiliários, facilidades para desapropriação de terras, e créditos para os futuros moradores (CORRÊA, 1989, p. 8).

O Estado, colocado também como agente produtor do espaço, traz no seu âmago a responsabilidade de fornecer infraestrutura básica nas áreas de moradia e oferecer recursos, embora, nas palavras de Corrêa (1989, p.10) “A segregação residencial pode resultar também de uma ação direta e explícita do Estado através do planejamento, quando da criação, a partir do zero, de núcleos urbanos.”.

Essas infraestruturas e condições básicas não são fornecidas com homogeneidade em todas as ocasiões, como será analisado no próximo tópico, assim, ratificando mais ainda a segregação socioespacial.

Esta complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e dê seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder (CORRÊA, 1987, p. 10).

Assim, com esses agentes podemos perceber como os grupos sociais excluídos ficam à mercê dos agentes produtores do espaço. Como do valor que os promotores imobiliários e proprietários fundiários definirão para as terras de acordo com a infraestrutura, acesso, lazer, e

entre outros, e conseqüentemente ocupando os locais em que seu poder socioeconômico permitir, que serão as áreas mais periféricas e áreas com concessão estatal para moradia.

Os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade – velhas residências que no passado foram habitadas pela elite e que se acham degradadas e subdivididas -, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e a favela. (CORRÊA, 1987, p.12).

Já os autossegregados, por possuírem status social mais elevado, e muitas vezes sendo parte dos promotores imobiliários ou até mesmo do Estado, ocupam áreas também periféricas, porém, áreas com condições de acesso à lazer, saúde, educação e infraestrutura básica.

Portanto, compreende-se estes dois fenômenos – segregação socioespacial e autossegregação – como dois polos distintos; enquanto o primeiro resulta da segregação pela falta de políticas públicas e incentivos à moradia, o segundo é resultado, como já o denomina, de uma autossegregação que, auxiliado pelos setores fundiários e imobiliários, instalam-se em condomínios horizontais fechados negando as dinâmicas socioespaciais que compõem o espaço urbano (FREY & DUARTE, 2006). E neste sentido, Zanatta (2007, p.06) afirma que tais distinções praticadas por estes setores promovem uma diferenciação entre áreas segregadas e áreas de autossegregação.

Ressalta-se que ambos os fenômenos apresentam um mesmo “direcionamento” para seus estabelecimentos residenciais, como afirma Frey e Duarte (2006, p.113):

Nas franjas da cidade, milhares, milhões que constituem a população completamente excluída dos benefícios da vida urbana, ocupando áreas irregulares, áreas sem acesso a serviços e equipamentos públicos, frequentemente (sic) em áreas de mananciais e de proteção ambiental. E além das franjas da cidade, as classes alta e média-alta, que se auto-segregam em condomínios fechados, constroem novas formas de organização social e espacial que as resguardam da própria cidade.

Assim, nota-se que ambos os fenômenos tendem a ocorrer nas margens da cidade, ainda que apresentem dinâmicas distintas e que seus componentes vivam o espaço urbano de formas também distintas e neste sentido, os mesmos autores ressaltam sobre os “pontos de ancoragem” que, para os indivíduos autossegregados são os pontos, próximos à suas residências, que fornecem

os “[...] benefícios urbanos como empregos, oportunidades de negócios, equipamentos privados de saúde e educação, centros de comércio e serviços.” (FREY & DUARTE, 2006, p. 111).

A realidade de Londrina/PR: Condomínios horizontais fechados

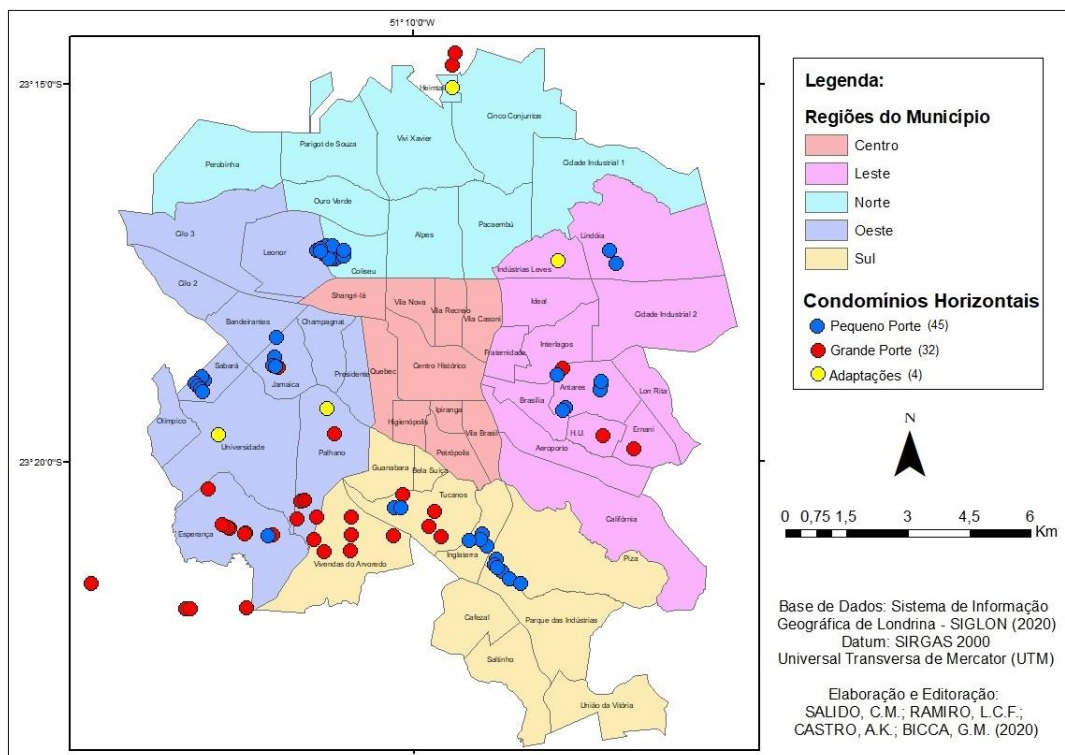
Londrina é a segunda cidade no Estado do Paraná em quantidade de habitantes, com uma população estimada em 575.377 de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

No ano de 2017, ainda de acordo com o IBGE, o PIB per capita do município era de R\$ 34.444,56, e a quantidade de indivíduos empregados e residentes nesta área era de 202.208 pessoas. No que se refere a hierarquia urbana, Londrina caracteriza-se como uma Capital Regional B, exercendo grande influência nas cidades circunvizinhas.

O histórico dos empreendimentos de Condomínios Horizontais Fechados em Londrina relaciona-se com a implementação do Shopping Catuaí no início dos anos 1990, na Zona Sudoeste da cidade – Região da Gleba Palhano – onde se instalaram diversos empreendimentos do tipo e de alto padrão (ZANATTA, 2010, p.70).

A Figura 2 evidencia a presença de 81 condomínios horizontais fechados em Londrina, e a forma de classificação – em condomínios de grande porte, pequeno porte e adaptações, segue o proposto por Zanatta (2010). Habitualmente, os condomínios de grande porte são destinados a população de classe alta, os de pequeno porte para a população de classe média, além de suas adaptações.

Figura 2 – Condomínios Horizontais Fechados em Londrina-PR.



Fonte: Os autores, 2020.

Neste sentido, os condomínios de grande porte apresentariam um mínimo de 45 lotes, sendo que em alguns casos estes chegam até 500; e por outro lado, os empreendimentos de pequeno porte apresentariam de 8 a 31 lotes em seu interior (ZANATTA, 2007, p.72/73); além destas diferenças, os de grande porte possuem sistemas viários próprios que se assemelham aos encontrados em bairros, e um forte esquema de segurança; enquanto que os de pequeno porte apresentam normalmente apenas uma via de acesso, e um sistema de segurança menor. E as adaptações seriam caracterizadas por lembrarem tais empreendimentos em seus aspectos materiais, como muros parcialmente fechados e controles parciais de acesso aos mesmos.

Nota-se que os empreendimentos de grande porte se concentram mais na Zona Sul e Sudoeste da cidade, sendo que muitos destes estão afastados da zona urbana de Londrina, gerando uma maior tranquilidade aos condôminos; embora apresentem grande infraestrutura interna e ao seu redor. Entretanto, alguns destes empreendimentos de grande porte se inseriram também em áreas mais urbanizadas, como alguns localizados próximo ao Hospital Universitário, na Zona Leste da

cidade e assim, apesar de gerarem uma menor tranquilidade urbana, ainda tendem à segurança e qualidade de vida representadas por aqueles mais distantes da malha urbana (ZANATTA, 2007, p.79/80).

Os condomínios horizontais ao sul da cidade que estão demarcados fora das regiões especificadas, encontram-se fora da malha urbana do município, ocupando já espaços da área rural. São empreendimentos grandiosos, com alto padrão e infraestrutura da mais alta qualidade.

Por outro lado, os empreendimentos de pequeno porte localizam-se mais na Zona Oeste e Sudeste, e em uma região mais urbanizada, buscando atender anseios da classe média que cada vez mais vem buscando esse ideal proposto pelos condomínios horizontais fechados.

Ocupação irregular Flores do Campo: Uma figura de descaso

O Flores do Campo (Figuras 3 e 4) é uma região residencial no município de Londrina – PR, e se caracteriza por ser uma ocupação irregular que teve início em 30 de setembro de 2016, quando cerca de 400 famílias chegaram ao local que, inicialmente atenderia às políticas habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, mas que por questões orçamentárias, o mesmo nunca chegou a ser concluído (VIEIRA, 2018, p.330). E recentemente o local entrou em processo de reintegração de posse por parte da Caixa Econômica Federal.

De acordo com dados da COHAB-LD (2002, *apud* ZANATTA, 2010, p.59), as áreas de segregação socioespacial no município de Londrina são classificadas em: favelas urbanizadas, assentamentos e ocupações irregulares; o primeiro caso é produto de uma ocupação espontânea e desordenada, mas que apresentam infraestrutura básica executada pelo poder público, tal qual abertura de ruas, energia elétrica e abastecimento de águas, além de apresentar lotes demarcados. O segundo caso é fruto de um planejamento urbano conduzido pelo poder público, onde o mesmo assenta famílias que já se encontram ocupadas em um determinado espaço ou as conduzem para outra localidade igualmente planejada.

E por fim, há as ocupações irregulares, caracterizada pela área de estudo do Flores do Campo, e são afirmadas como “[...] áreas que foram ocupadas, [...] e que são impossíveis de serem

regularizadas devido à insalubridade, riscos ambientais ou de futura ocupação pelo poder público.” (COHAB-LD, 2002, *apud* ZANATTA, 2010, p.62).

Portanto, a região do Flores do Campo se caracteriza como ocupação irregular por se tratar de uma localidade que passa pelo processo de reintegração de posse por parte do poder público – Caixa Econômica Federal.

A escolha do local para a análise se deu como forma de contrastar com a autossegregação materializada pelos condomínios horizontais fechados, se tratando de um local segregado socioespacialmente, e também por ser fruto, ainda que parcialmente, de políticas públicas em conjunto com o setor imobiliário, que moldam tal espaço para este grupo socialmente excluído.

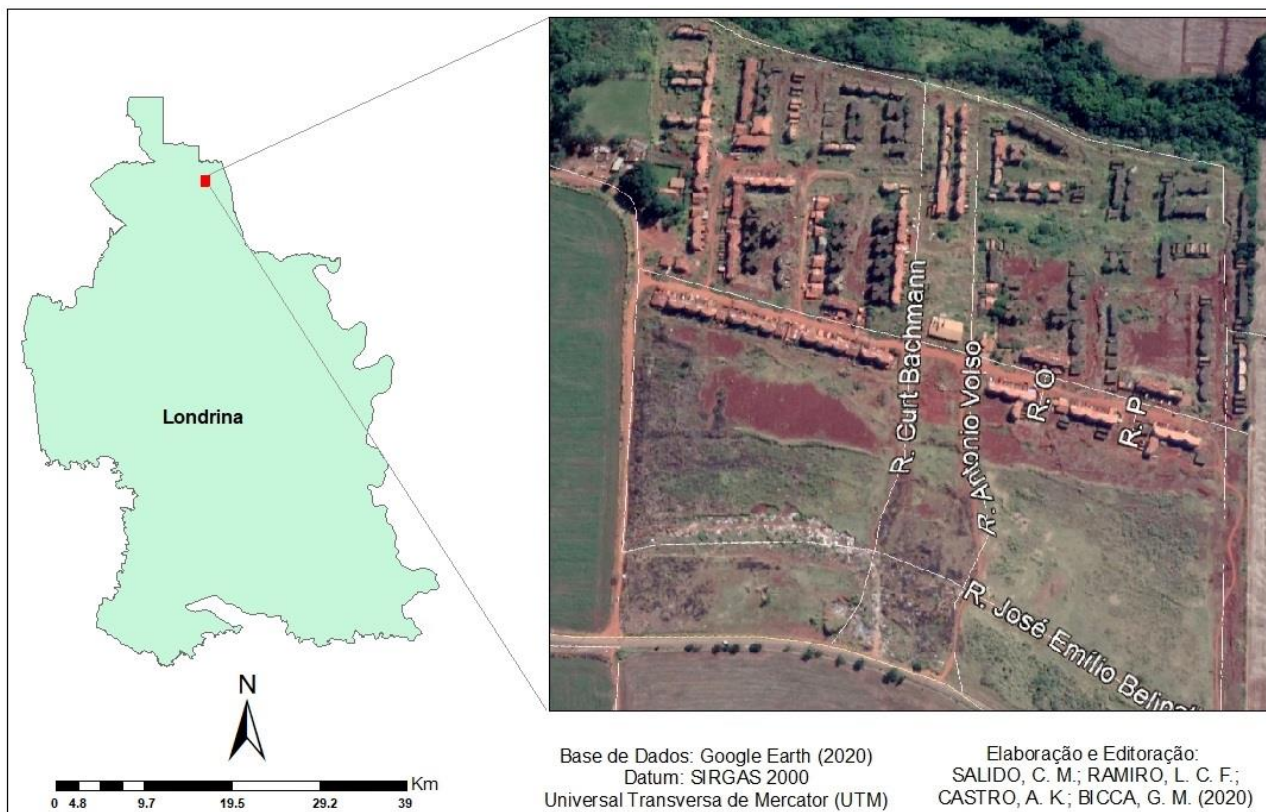
Figura 3 – Ocupação Irregular Flores do Campo em Londrina – PR.



Fonte: Os autores, 2019.

Nota-se que o local, à primeira vista, é praticamente desprovido de qualquer infraestrutura básica, como vias públicas para transporte e iluminação dessas vias, não há saneamento básico, ficando a cargo dos moradores providenciar tais estruturas, além disso, nota-se pouca ou ausente presença de locais de serviços e comércio.

Figura 4 – Localização e Vista Aérea do Flores do Campo em Londrina – PR.



Fonte: Os autores, 2020.

Para compreender melhor a dinâmica do local, aplicou-se um pequeno questionário à 6 (seis) moradores do Flores do Campo; o mesmo abordava questões de acesso à serviços urbanos e da qualidade das políticas públicas ali implementadas, além de buscar esclarecer sobre as motivações dos indivíduos em se estabelecerem naquela ocupação.

A partir da pesquisa realizada, notou que os habitantes do local estão ligados a profissões de pouco prestígio, de trabalho braçal e mecânico mais intenso, tal qual operador de betoneira, lavrador, babá e dona de casa. E tendo em vista que tais atividades não geram uma renda mínima para uma condição igualmente mínima de vida. Notou-se que os habitantes procuraram ali seu refúgio, tendo em vista que não possuíam condições de pagar seus aluguéis.

Foi possível constatar também que, com exceção de serviços de saúde, os moradores mostraram uma grande insatisfação com as políticas públicas não implementadas, destacando às

questões de saneamento básico que não existe e a não pavimentação das vias, que gera uma dificuldade maior no uso do transporte público em dias de chuvas intensas, como ressalta uma das entrevistadas:

É porque choveu pouco, se não ‘cêis’ nem entrava aqui. Pra ‘nóis’ sair daqui ó, tem duas semanas que eu levei meus filhos pra creche de ônibus, e o ônibus não desce aqui quando chove... Aí ‘nóis’ tem que botar sacolinha no pé e ir até lá em cima. (ENTREVISTADA 6, 2019).

Além disso, os entrevistados ressaltaram que o transporte coletivo disponibilizado passa poucas vezes por dia, e faz percursos demorados, como ressalta o Entrevistado 3 (2019), “Dia de semana passa de hora em hora, e de final de semana só tem quatro ônibus.”

Ressalta-se que do surgimento da ocupação, muitos se esquivaram ou não souberam responder, dando a impressão, por vezes, de que os motivos da ocupação e suas intenções são tratadas como sigilosas pelos moradores da Ocupação; e destaca-se também o emprego da palavra “invasão” quando do momento em que tratavam deste assunto.

Por fim, nota-se uma cooperação mútua entre os moradores para o desenvolvimento do local, tendo em vista o relato de um(a) dos(as) entrevistados(as), afirmando que a implantação das fossas (como alternativa ao saneamento básico) e as fiações elétricas foram todas elaboradas e promovidas pelos moradores do Flores do Campo, numa medida de suprir a ausência do poder público.

A Entrevistada 6 (2019), encerra a entrevista dizendo:

As condições de vida aqui ó... Não é boa não. E o Governo fala que vai tirar a gente, que vai isso, que vai aquilo... Quero ver se o povo deixa, não deixou até agora. Não vai sair ninguém daqui, não vai sair ninguém. Era quase todo dia as ‘polícia’ invadindo casa pra ‘nóis’ sair daqui, helicóptero e tudo mais. Ninguém sai não. É difícil... É difícil mesmo.

Neste sentido entende-se a situação dos moradores do Flores do Campo como uma maneira de resistir à segregação socioespacial imposta pelos agentes sociais que produzem e reproduzem o espaço urbano; lutando pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) – aqui

caracterizada pelas condições de moradia –, uma vez que, apesar de habitarem o espaço urbano, não têm acesso igualitário à serviços e infraestruturas urbanas que, por outro lado, tão bem servem aos grupos autoss segregados.

CONCLUSÃO

O espaço urbano é produzido desigualmente. É marcado por uma série de desigualdades sociais e econômicas, e os agentes modeladores do espaço tem grande responsabilidade acerca desta questão, como afirma Corrêa (1989).

Em Londrina – PR, temos um espaço urbano onde, de um lado, há uma segregação voluntária, escolhida pelos indivíduos em busca de maior segurança, infraestrutura e saneamento básico de qualidade, e de outro, há a segregação involuntária, ocupada por indivíduos de baixo poder aquisitivo, que tem seu local de ocupação definido pelos agentes modeladores do espaço, e ficam à mercê aguardando recursos e investimentos em seus locais de moradia, como defende Haesbaert (2009) quando aborda a questão da territorialização precária, e Tagliani (2011) ao retratar as diferenças entre os territórios de riqueza e territórios de pobreza.

Ambos os fenômenos de moradias estão localizados majoritariamente nas regiões ao redor da cidade devido aos desdobramentos da expansão urbana. Estes fenômenos são totalmente distintos em sua relação criando uma dualidade do espaço. Sendo que a oferta de infraestrutura e de qualidade de moradia, se apresenta apenas aos que se autoss segregam devido ao seu alto e médio poder econômico, estes são os controladores da distribuição socioespacial.

O espaço urbano constituído revela o quão ele é capaz de agravar a segregação da sociedade. Os desdobramentos oriundos desta forma de distribuição do espaço, promove um desenvolvimento urbano desigual e imparcial com a população desfavorecida economicamente e socialmente do município, pois a espacialização destas moradias irregulares se encontram fragmentadas, e estão constantemente localizadas em regiões desprovidas de condições básicas, como saneamento básico, serviços públicos de transporte adequado, escolas e unidades básicas de saúde, dentre outros. A ocupação irregular no Flores do Campo evidencia essa questão.

Nos condomínios horizontais fechados a realidade é completamente distinta as ocupações, pois nas regiões em que se encontram esses condomínios, há a presença de infraestruturas de qualidade, como comércio, redes privadas e públicas de saúde, educação, ruas e avenidas de qualidade, shoppings, há grande investimento em saneamento básico e segurança para os residentes.

Ressalta-se, por fim, que é dever do Estado e dos agentes governamentais promover uma urbanização justa e de qualidade para todos, ofertando condições mínimas de vivência para a totalidade dos indivíduos da sociedade, porém, devido ao fato de vivermos em uma sociedade capitalista em que os indivíduos só buscam qualificações e melhores condições para si mesmo e para as elites, tal realidade não se materializa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Município de Londrina**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>>. Acesso em 11 de novembro de 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 103 páginas.

FREY, Klaus; DUARTE, Fábio. Auto segregação e a gestão das cidades. **Ciências Sociais em Perspectiva** (5) 9, p. 109-119, 2º sem. 2006.

HAESBAERT, Rogério. Novas territorialidades. Módulo: **Geografia na contemporaneidade**. Curadoria de Antonio Carlos Robert Moraes. Palestra: 2009. Disponível em <<http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/07/14/integra-novas-territorialidades-rogeriohaesbaert-da-costa/>>. Acesso em 17 de Novembro de 2020.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. **Revista GEOgraphia**, v.09, n.17. Universidade Federal Fluminense, 2017. 19-46p. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>>. Acesso em 17 de Novembro de 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Ano VII, v.8, n.8, Rondonópolis - MT, 2008. 129-153 páginas.

SILVA, Eduardo de Araujo da; ANDRADE, Alexandre Carvalho de. Segregação Residencial na Cidade Média: O caso de Poços de Caldas (MG). In: **Anais do I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana Acadêmica de Geografia da Universidade Estadual de Londrina**, v.1, 2018.

TAGLIANI, Taiana Pitrez. **Território e Segregação Socioespacial**. Grupo de Pesquisa, Identidade e Território, UFRGS, 2010. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/04/tagliani-taiana-territc3b3rio-e-segregac3a7c3a3o-socioespacial.pdf>>. Acesso em 17 de Novembro de 2020.

VIEIRA, Jaqueline de Araújo. Narrativas visuais em contextos urbanos: Fotoetnografando a ocupação Flores do Campo. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, vol. 2, n. 3, p. 330-339, 2018.

ZANATTA, Igor Fernando Santini. **Segregação residencial em Londrina: os condomínios fechados horizontais e as áreas subnormais**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

Referências Entrevistas

Entrevistado 1. **Entrevista 1**. Rua Principal - Ocupação Irregular Flores do Campo, Londrina/PR, 2019. Entrevista concedida no mês de novembro de 2019.

Entrevistada 2. **Entrevista 2**. Residência da Moradora - Ocupação Irregular Flores do Campo, Londrina/PR, 2019. Entrevista concedida no mês de novembro de 2019.

Entrevistado 3. **Entrevista 3**. Residência do Morador - Ocupação Irregular Flores do Campo, Londrina/PR, 2019. Entrevista concedida no mês de novembro de 2019.

Entrevistada 4. **Entrevista 4**. Residência da Moradora - Ocupação Irregular Flores do Campo, Londrina/PR, 2019. Entrevista concedida no mês de novembro de 2019.

Entrevistado 5. **Entrevista 5**. Residência do Morador - Ocupação Irregular Flores do Campo, Londrina/PR, 2019. Entrevista concedida no mês de novembro de 2019.

Entrevistada 6. **Entrevista 6**. Residência da Moradora - Ocupação Irregular Flores do Campo, Londrina/PR, 2019. Entrevista concedida no mês de novembro de 2019.